

MAIA NÃO CONVENCE CPI

Deputado do PPR não explica evolução patrimonial

O líder licenciado do PPR na Câmara, deputado José Luiz Maia (PI), não conseguiu explicar a evolução patrimonial e o crescimento de sua movimentação bancária — que subiu de US\$ 537 mil em 1991 para US\$ 923 mil em 92 — durante depoimento ontem à CPI do Orçamento. “Ficou pendente uma explicação do deputado sobre o crescimento do seu patrimônio”, disse o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). O ponto que mais intrigou os parlamentares da CPI no depoi-

mento de Maia foi a aquisição de um apartamento de luxo, em Teresina, da Construtora Mafrense, em 92. O deputado José Genoíno (PT-SP) levantou a suspeita de que o imóvel teria sido adquirido numa operação triangular, envolvendo a Construtora Norberto Odebrecht e o projeto da adutora de Pedro II, no semi-árido piauiense. A Mafrense está executando a obra, subempreitada pela Odebrecht.

A CPI considera que encontrou a primeira prova de que as gran-

des empreiteiras remuneravam os parlamentares da “máfia do orçamento”. Foi rastreado um cheque administrativo comprado pela construtora Mendes Júnior e depositado na conta do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Descoberto terça-feira, o cheque de Cr\$ 14,4 milhões, equivalente a US\$ 4 mil à época, foi depositado na conta do deputado em julho de 92. Isso afasta a justificativa de que o dinheiro teria sido depositado como contribuição de campanha.